

Desembargador pede aposentadoria

ANA MARIA CAMPOS
DA EQUIPE DO CORREIO

Ao meio-dia de ontem, o desembargador Valter Xavier entregou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) um documento com três linhas. Sucinto e direto, o magistrado pediu a aposentadoria. Ao deixar o cargo espontaneamente, ele perderá 20 anos de toga — que ainda teria pela frente —, mas ficará livre do desgaste de um processo administrativo disciplinar, aberto na madrugada de sábado, para investigação de sua conduta funcional.

Valter Xavier protocolou o requerimento dois dias depois de ser afastado temporariamente do cargo pelos próprios colegas, sob suspeita de favorecer donos de cartórios contra a atuação da Corregedoria Geral de Justiça. Ao apreciar duas representações contra Xavier numa sessão fechada, sexta-feira, 28 desembargadores defenderam a instalação de um processo para apurar as relações dele com tabeliães e registradores de imóveis. Na mesma sessão, 24 magistrados consideraram mais apropriado que Xavier ficasse longe da função até a conclusão das investigações.

Ao pedir a aposentadoria, Valter Xavier se antecipou à pena máxima que poderia ser aplicada caso o tribunal entendesse, ao final do processo, que ele de fato usou o cargo em benefício dos cartórios. Aos moldes do que ocorreu há 10 dias com o ex-desembargador Wellington Medeiros, a pena prevista por lei para falhas funcionais graves é a aposentadoria compulsória.

No procedimento normal, o tribunal distribuiria o caso a um relator, que aprofundaria as suspeitas levantadas pelo Ministério Público e pelo desembargador Getúlio Moraes Oliveira contra Valter Xavier. A direção do tribunal sustenta que com o afastamento definitivo, o processo disciplinar perde o objeto, ou seja, não será mais necessário apurar se Valter Xavier feriu as exigências da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Resta, porém, ao tribunal resolver algumas questões burocráticas, como se há necessidade de instaurar o processo até a conclusão da aposentadoria, para então arquivá-lo.

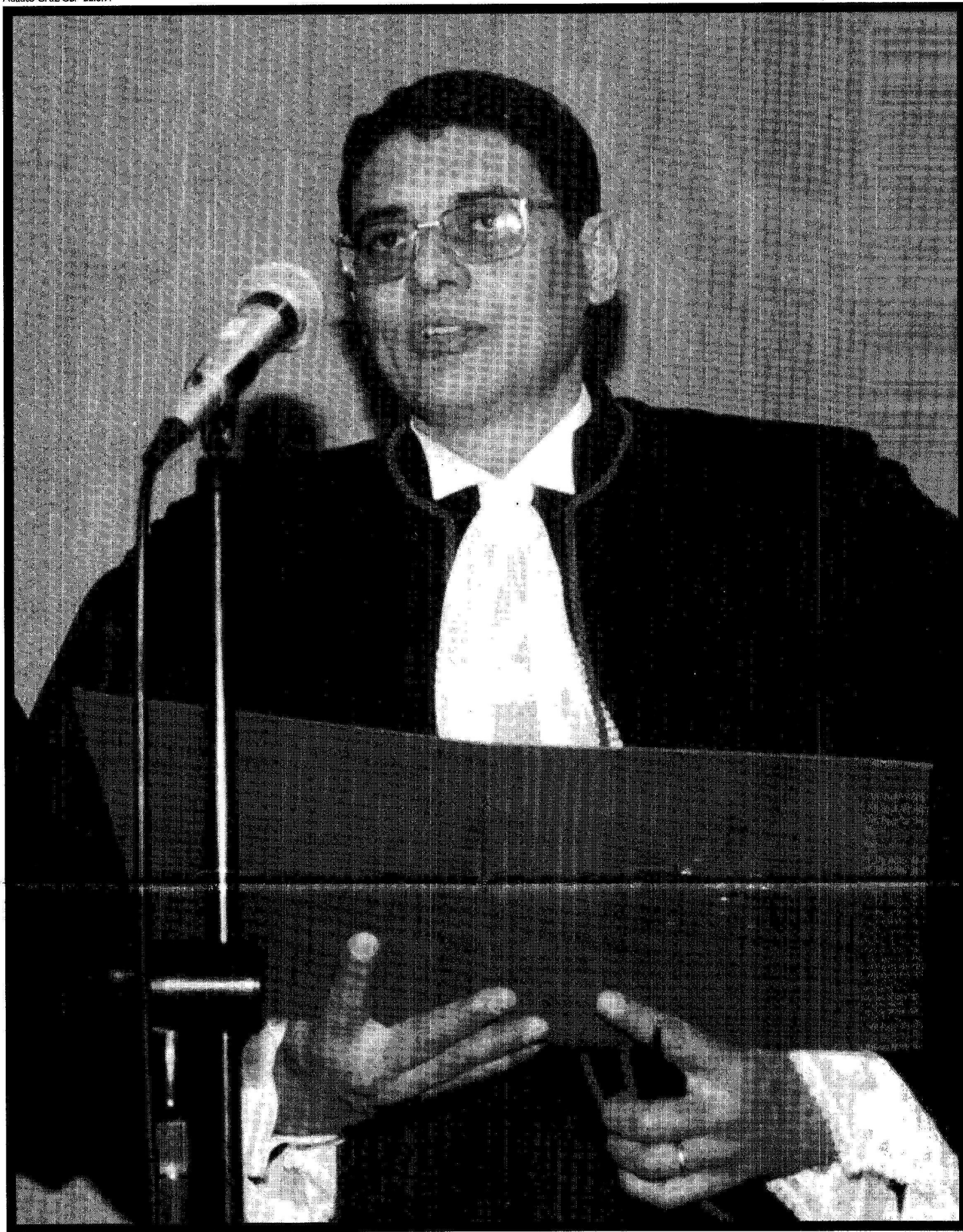
Salário proporcional

O presidente do TJDF, José Jerônimo Bezerra de Souza, encaminhou ontem mesmo o pedido de aposentadoria ao Departamento de Recursos Humanos. Juiz de carreira há 21 anos, Valter Xavier passará a receber um salário proporcional ao tempo de serviço e manterá todas as vantagens de um magistrado aposentado. Procurado ontem pelo Correio, ele não quis falar.

O afastamento do desembargador, na madrugada de sábado, mostra que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) vive uma fase de transformação. Ele é o terceiro a se tornar alvo de uma investigação interna nos últimos dois anos. O desembargador Wellington Medeiros perdeu a função porque foi flagrado em conversas comprometedoras com o deputado distrital Pedro Passos (PMDB). Outro magistrado, Pedro Aurélio Rosa de Farias, decidiu aposentar-se há um ano, depois de ter o nome envolvido em suspeitas de negociar habeas corpus.

Há 10 dias, o TJDF decidiu apurar se um juiz, ainda não identificado oficialmente, adotou postura incompatível com a função. Nas gravações, Medeiros e Passos se referem a um magistrado com atuação em Planaltina, que poderia ajudá-los num processo fundiário. O ex-desembargador e Passos sustentam que não se tratava de algo ilegal.

Adauto Cruz/CB/ 22.8.97



XAVIER, NO DIA DA POSSE, EM 1997: SUSPEITO DE DEFENDER INTERESSES DE DONOS DE CARTÓRIOS, DESEMBARGADOR SE ANTECIPOU À PENA MÁXIMA

Nova sessão está marcada

O plano de reestruturação dos cartórios proposto pela Corregedoria Geral de Justiça do Distrito Federal será apreciado em sessão extraordinária na próxima sexta-feira. Depois de duas sessões longas em que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) decidiu o destino de dois magistrados da Corte nas duas últimas semanas, o projeto que prevê a divisão dos cartórios também deverá render longos debates.

Elaborado por uma comissão criada pelo ex-corregedor-geral desembargador Getúlio Moraes Oliveira, o projeto prevê a criação de cartórios em áreas não atendidas, como São Sebastião, Águas Claras, Sobradinho, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria e Paranoá. Também prevê o desmembramento dos três maiores cartórios de registros de imóveis.

Serviços

Além de diluir os serviços, a comissão propôs a redução da receita desses cartórios. A comissão apurou que, juntos, os 37 cartórios do Distrito Federal têm faturamento bruto de R\$ 71 milhões ao ano, uma média de R\$ 1,9 milhão por titular.

O assunto começou a ser discutido numa sessão ocorrida no último mês de abril e suspensa por decisão da maioria para que a Associação dos Notários do Distrito Federal (Anoreg/DF) pudesse apresentar uma proposta alternativa. A entidade sustenta que o projeto da Corregedoria fere direitos adquiridos.

ENTENDA O CASO

Ricardo Borba/CB/ 30.9.02



GETÚLIO MORAES CRIOU COMISSÃO PARA REFORMULAR OS CARTÓRIOS

Acusações cruzadas

Em março, o então corregedor-geral de Justiça, desembargador Getúlio Moraes Oliveira, criou uma comissão para apresentar um plano de reformulação dos cartórios do Distrito Federal. Presidida pelo juiz Paulo Mortari, da Vara de Registros Públicos, e acompanhada pelo Ministério Público, a comissão apresentou um relatório que foi aprovado na íntegra pela Corregedoria;

O projeto prevê a criação de tabelionatos e escritórios em cidades que ainda não dispõem do serviço. Também propõe a divisão da área de atuação dos mais antigos cartórios de registros de imóveis. O argumento é de que o Distrito Federal cresceu, mas esses serviços não acompanharam a demanda. A proposta provocou a reação de titulares de cartórios porque representa perda de receita, principalmente do 1º, 2º e 3º Ofícios de Registros de Imóveis;

Dias antes da análise da proposta, a Associação dos Notários do Distrito Federal (Anoreg/DF), que representa os cartórios, entrou com mandado de segurança para tentar impedir a realização da sessão em que

as mudanças seriam discutidas pelo Tribunal de Justiça. A entidade alegou que as divisões dos cartórios só poderiam ocorrer por meio de lei, aprovada pelo Congresso. Mas o argumento foi rejeitado pelo tribunal e o julgamento foi mantido;

No dia em que o projeto seria apreciado no plenário, o desembargador Valter Xavier enviou à presidência do Tribunal de Justiça uma representação com suspeitas de irregularidades contra o corregedor. A denúncia foi feita pelo advogado Frederico Viegas, especialista em Direito Civil, filho da titular do cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis;

Durante a sessão, Xavier disse que havia suspeitas de que Getúlio Moraes tinha interesses pessoais na reestruturação dos cartórios, já que seu filho é advogado com atuação no setor imobiliário. A acusação causou constrangimento entre alguns magistrados;

Na sessão, os desembargadores decidiram abrir prazo para que os cartórios pudessem elaborar uma proposta alternativa ao projeto apresen-

tado pela Corregedoria. O adiamento da análise do plano da Corregedoria teve o apoio da maioria dos desembargadores, entre os quais Xavier;

Em maio, o tribunal analisou a representação de Valter Xavier contra Getúlio Moraes e decidiu, por unanimidade, arquivar a denúncia, por considerá-la improcedente. O desembargador Getúlio, então, apresentou também uma representação contra o colega, acusando-o de tentar descreditar a sua gestão para beneficiar os cartórios que seriam atingidos com a reestruturação;

O ex-procurador-geral de Justiça do DF Eduardo Sabo criou uma comissão de promotores para investigar eventuais irregularidades em contribuições dos cartórios ao Instituto dos Magistrados (IMAG/DF). A entidade que oferece cursos jurídicos é presidida pelo desembargador Valter Xavier;

Durante a investigação, o Ministério Público colheu depoimentos de titulares de cartórios que reclamaram de serem constrangidos por funcionários do Tribunal de Justiça para que dessem contribuições regulares ao IMAG/DF por meio de anúncios na revista da entidade. Eles disseram que não consideravam necessário gastar dinheiro com publicidade, mas se sentiam obrigados a anunciar porque eram procurados por representantes do Judiciário;

Para o Ministério Público, as contribuições de cartórios à revista do IMAG/DF e a representação apresentada contra o desembargador Getúlio Moraes, durante a fase de processo de divisão dos tabelionatos, são indícios de que o desembargador Xavier tinha vínculos irregulares com tabeliães e registradores de imóveis;

O desembargador Xavier alega falta de isenção do Ministério Público. Quanto às suspeitas levantadas pelo colega Getúlio Moraes, ele diz que apenas encaminhou uma representação que chegou a suas mãos e cumpriu o seu papel de magistrado. Quanto às contribuições, o magistrado afirma que se tratam de anúncios totalmente legais para um instituto privado. Segundo ele, os titulares dos cartórios contribuíam espontaneamente e deveriam reclamar ao tribunal caso se sentissem obrigados a anunciar na publicação;

As duas representações contra o desembargador Valter Xavier foram distribuídas ao desembargador Humberto Ulhôa, para relatar o caso no plenário do Tribunal de Justiça, na sexta-feira. Ele foi favorável à abertura de processo administrativo disciplinar contra o desembargador Valter Xavier e o seu afastamento da função. Por maioria, os desembargadores decidiram abrir o processo e afastar Xavier temporariamente do cargo;

Ontem, antes de o processo ser iniciado, Valter Xavier pediu a aposentadoria proporcional ao tempo de serviço e não será mais investigado pelo TJDF.